



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Direito

HELVETI SANTOS LIMA DE ALBUQUERQUE

**ANÁLISE COMPARADA ENTRE A CRIMINOLOGIA ATUARIAL E O SISTEMA
PENAL BRASILEIRO: ANÁLISE DE RISCO ECONÔMICO NA POLÍTICA CRIMINAL**

**BRASÍLIA - DF
2020**

HELVETI SANTOS LIMA DE ALBUQUERQUE

**ANÁLISE COMPARADA ENTRE A CRIMINOLOGIA ATUARIAL E O SISTEMA
PENAL BRASILEIRO: ANÁLISE DE RISCO ECONÔMICO NA POLÍTICA CRIMINAL**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito / Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Rodrigo Augusto Lima de Medeiros

**BRASÍLIA - DF
2020**

HELVETI SANTOS LIMA DE ALBUQUERQUE

**ANÁLISE COMPARADA ENTRE A CRIMINOLOGIA ATUARIAL E O SISTEMA
PENAL BRASILEIRO: ANÁLISE DE RISCO ECONÔMICO NA POLÍTICA CRIMINAL**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito / Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UnICEUB).

Orientador: Professor Rodrigo Augusto Lima de Medeiros

Brasília, ____ de _____ de 2020,

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)

ANÁLISE COMPARADA ENTRE A CRIMINOLOGIA ATUARIAL E O SISTEMA PENAL BRASILEIRO: A LÓGICA ECONÔMICA NA POLÍTICA CRIMINAL.

Helveti Santos Lima de Albuquerque

Resumo: Trata-se de pesquisa feita sobre um subtipo da criminologia chamado Criminologia Atuarial. O objetivo deste artigo é analisar potenciais contribuições da Criminologia Atuarial e sua aplicação no âmbito das políticas criminais, demonstrando correlações com o Sistema Penal Brasileiro. Os cálculos de riscos em torno de crimes, potenciais criminosos, ambientes demográficos e grupo considerados mais propensos a reincidir na prática de atos ilícitos são elementos da Criminologia Atuarial. Para não incorrer em estigmas rasos de classificação social, procura-se, neste artigo, examinar analisar de que modo o poder de polícia da Administração Pública, no que se refere a criminalidade, pode legitimamente criar bancos de dados nacional de criminosos de alto risco. A experiência dos EUA é ponto de ilustração para a discussão. E no Brasil, seria possível aplicar conceitos da Criminologia Atuarial no Sistema Penal? Em teoria, a proposta da Criminologia Atuarial e, em especial, a sua aplicação no caso concreto em políticas públicas criminais parece bem-intencionada, em uma primeira avaliação, e apta a produzir os resultados a que se propõe. Entretanto, racionalizar a criminalidade, ignorando os motivos político-sociais ensejadores do comportamento desviante, acaba por resultar no aumento da criminalidade, pois mantêm-se os motivos ensejadores que levam o sujeito a cometer crimes. Esse tipo de política criminal acaba favorecendo o aumento da população carcerária, ironicamente, aumentando os custos da Política Criminal, indo contraproposta de economicidade dos cofres públicos e eficiência da máquina pública, que seriam, supostamente, as grandes vantagens da Criminologia Atuarial.

Palavras-chave: Direito Penal. Direito Processual Penal. Criminologia. Criminologia Atuarial. Política Criminal. Execução Penal. Sistema Prisional. *Actuarial Justice*. *Actuarial Criminology*.

Sumário:

Introdução. 1- Criminologia Atuarial e Política Criminal. 1.1- O que é Criminologia Atuarial? Definições, conceitos e limites. 2- Como é feita a pesquisa de risco atuarial. 2.1- A Criminologia Atuarial aplicada às investigações forenses e a formação dos bancos de dados nacional de criminosos de alto risco nos EUA. 3- A Criminologia Atuarial como ferramenta de controle social. 3.1- É possível a aplicação da Criminologia Atuarial no Sistema Penal Brasileiro. Considerações finais

Introdução

O objetivo da pesquisa é compreender de maneira evidente quais são as potenciais contribuições da Criminologia Atuarial. Assim, pretende-se analisar a sua aplicação no âmbito das políticas criminais e demonstrar as correlações entre a

Criminologia Atuarial e o Sistema Penal Brasileiro, e quais são seus **limites jurídicos**, suas **consequências** e **possíveis benefícios** para a sociedade.

Ademais, serão explorados os seus conceitos e particularidades, assim como a sua eventual utilização pelo Poder Público na prevenção de delitos e na neutralização de sujeitos considerados de alto risco, em especial no contexto da justiça dos Estados Unidos da América. Em um segundo momento, será feito um estudo comparativo sobre eventuais semelhanças identificadas no Sistema Penal Brasileiro.

Trata-se de um tema que é mais trabalhado efetivamente como conceito de implantação de políticas públicas criminais, em especial no cálculo de riscos de crimes que venham a acontecer, que tipos de pessoas estão no ambiente demográfico com mais chance de cometerem crimes.

Dentro desses grupos de risco verifica-se quem são os indivíduos considerados mais perigosos e com maiores chances de reincidirem na prática de atos ilícitos, e de que maneira o Estado pode neutralizar a ação desses indivíduos antes que possam cometer crimes. Isso tudo da maneira mais eficiente para a administração pública e com o menor custo possível para os cofres públicos.

A pesquisa sobre o tópico demonstrou haver diversidade de fontes bastante limitada, pois, trata-se de tema pouco conhecido no ambiente acadêmico brasileiro, pois, a Criminologia Atuarial é um termo raramente usado de maneira específica como conceito no Brasil. Porém, sem dúvida, suas características estão presentes no Sistema Penal Brasileiro, em especial em relação à individualização da pena, o público alvo de abordagens policiais, a implementação de políticas criminais e a maneira como é gerido o Sistema Prisional Brasileiro.

No Primeiro Capítulo da pesquisa, intitulado “**Criminologia Atuarial e Política Criminal**”, será feito um estudo específico e aprofundado sobre o conceito de Criminologia Atuarial. Como os materiais específicos sobre o assunto escritos na língua portuguesa são escassos, salvo algumas teses e artigos, irei me valer de livros e artigos na língua inglesa para apresentar de maneira mais clara e completa o tema.

Ademais, no Segundo Capítulo, intitulado “**Como é feita a pesquisa de risco**

atuarial” o autor irá expor de maneira clara como é feita a pesquisa de risco no caso concreto.

Por fim, os temas abordados no terceiro e último capítulo desta pesquisa partirão da análise da Criminologia Atuarial como ferramenta de controle social. Que servirá como base para responder a seguinte indagação: **“É possível a aplicação da Criminologia Atuarial no Sistema Penal Brasileiro? ”**.

Assim, buscando adequar os conceitos da Criminologia Atuarial à realidade do ordenamento jurídico brasileiro, o autor buscará encontrar possíveis benefícios e desvantagens resultantes da aplicação da Criminologia Atuarial no âmbito das políticas criminais no sistema penal brasileiro. Onde já se encontram vários exemplos desse tipo de justiça criminal, em especial na ceara do Direito Penal brasileiro e no âmbito da Execução Penal.

1. Criminologia Atuarial e Política Criminal

A Criminologia Atuarial (*Actuarial Justice* ou *Actuarial Criminology*) se encontra no âmbito do Direito Penal, mais especificamente na área de Política Criminal. Trata-se de uma maneira de gestão do acontecimento de possíveis delitos, da identificação de possíveis criminosos. A Criminologia Atuarial tem foco principalmente naqueles que tem maior probabilidade de cometerem os crimes mais graves e aqueles com o maior risco de se tornarem reincidentes.

Quanto maior o risco apresentado pelo possível futuro criminoso maior será o nível da reprimenda, cominando na prisão perpétua (no âmbito da justiça criminal dos países que a adotam) ou até a pena de morte (medida legal utilizada em alguns estados norte-americanos¹, como: Texas, Califórnia, Louisiana, Alabama, Georgia, entre outros).

A prisão perpétua sem direito a liberdade condicional e a pena de morte, por serem mais graves, não tem o condão de ressocializar o indivíduo, como se pode deduzir pela própria natureza da pena. O objetivo da política criminal baseada no sistema atuarial é a de afastar do resto da sociedade os criminosos considerados de alto risco, os incursos nos crimes mais graves e reprováveis e, por fim, os reincidentes contumazes. Assim, dando um fim preciso e definitivo à conduta criminal destes indivíduos no âmbito social.

Não obstante muitos de seus conceitos estarem presentes no funcionamento do nosso próprio Sistema Penal, não é comum o uso do termo criminologia atuarial, como termo específico, na doutrina de Criminologia e Direito Penal brasileira. Portanto, sistemas similares em conteúdo estarão invariavelmente representados pela ideia geral de Criminologia, em especial, a parte Criminologia com foco no aspecto social do crime.

¹ Portal Death Penalty Info. Estados Norte-Americanos que permitem a aplicação da pena de morte, c2019. Disponível em: <<https://deathpenaltyinfo.org/state-and-federal-info/state-by-state>>. Acesso em: 25 de out. de 2019.

1.1 O que é Criminologia Atuarial? Definições, conceitos e limites.

A Criminologia Atuarial refere-se a um modelo teórico que aplica conceitos e métodos similares às pesquisas de risco fundamentadas em fórmulas matemáticas². Uma característica fundamental da criminologia atuarial é o foco no fator de risco que determinado grupo apresenta. Através da visão atuarial, se desconstrói a figura do indivíduo e dos fenômenos sociais e os reconstrói como fatores de risco. Neste contexto, pode se dizer que, sob a lente da criminologia atuarial o crime perdeu o seu componente moral, humano.

Na visão atuarial o crime é visto como um fenômeno social inevitável. Assim como era a visão de Durkheim, a conduta desviante seria algo normal³. Não se procura mais a sua erradicação, pois o crime é visto como algo que ocorre diretamente do convívio em sociedade. Ou seja, o crime é um fenômeno social inevitável, trata-se de uma consequência direta do convívio em sociedade e como consequência não há mais a pretensão de erradicá-lo totalmente por parte do Poder Público

Os crimes são vistos como incidentes de alta probabilidade de ocorrência, sobretudo as infrações de menor potencial ofensivo. O que a criminologia atuarial pretende nesses casos é prevenir e minimizar as consequências dos crimes. E a partir da análise dos riscos que várias situações e indivíduos inseridos em um determinado grupo possam apresentar se cria políticas públicas criminais.

O interesse principal da criminologia atuarial está em prever e prevenir a ocorrência de futuras infrações penais, e não em quais sanções são mais adequadas ao tipo e gravidade de cada crime. Também não há maior preocupação com a ressocialização do criminoso, muito menos é vista como prioridade⁴.

Portanto, pode se dizer que as políticas criminais atuariais não possuem o caráter igualitário característico dos sistemas penais dos Estados de Direito

² BOSWORTH, Mary. **Actuarial justice. Encyclopedia of prisons & correctional facilities**, Thousand Oaks: Sage Publications, p. 11-14, 2005

³ DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**, trad. Paulo Neves, Ed. Martins Fontes, RJ: 1999.

⁴ BOSWORTH, Mary. **Actuarial justice. Encyclopedia of prisons & correctional facilities**, Thousand Oaks: Sage Publications, p. 11-14, 2005

contemporâneos. Pois, não atinge “igualmente as pessoas em função de suas condutas”⁵, mas sim em função de características que o vinculem a determinado grupo de pessoas.

A Criminologia Atuarial não tem como prioridade entender as razões que ensejaram o cometimento do crime ou as circunstâncias que cercam cada indivíduo. Ou seja, o foco principal é impedir que certas condutas ocorram, e preventivamente regular comportamentos futuros.

Trata-se de uma doutrina fundamentada na economia de recursos, para garantir de maneira mais eficiente, e com o menor esforço possível, que se realize as políticas criminais.

A intenção, explícita e implícita, é mesmo a de afastar o indivíduo do convívio social, principalmente os de alto risco, bem como o uso de estratégias e/ou políticas criminais preventivas que buscam “neutralizar” o indivíduo desviante, cerceando a sua liberdade em prol da “sociedade”⁶.

Dessa forma, o avanço tecnológico traz novas ferramentas fundamentais ao funcionamento desse tipo de política criminal, tanto como meio propagador quanto de justificativa de sua própria existência.

Ademais, pode-se perceber que os crimes têm probabilidade cada vez maior de ocorrerem, pois, cada vez mais se criminaliza novas condutas. Em especial condutas de menor gravidade, tem uma probabilidade muito alta de ocorrerem na realidade do nosso dia a dia contemporâneo. Nesse caso, o que a Criminologia Atuarial se propõe a fazer é tentar prevenir que os crimes ocorram, na medida do possível, e minimizando assim as suas consequências.

Segundo Dieter a criminologia atuarial tem, em sua essência, uma atitude discriminatória, pois, entende-se comumente a discriminação como o tratamento injusto ou covarde de pessoas ou grupos de pessoas baseado nas suas

⁵ BATISTA, Nilo. **Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Revan, p. 25, 2007.

⁶ DEZORDI WERMUTH, Maiquel Ângelo. **Política criminal atuarial: contornos biopolíticos da exclusão penal**. Revista Direito e Práxis, v. 8, n. 3, 2017. ”

características físicas e/ou ideológicas que lhes são particulares⁷.

As estatísticas são feitas com base nas características que diferenciam determinado grupo dos demais, e dentro desses grupos, preocupa-se em identificar quem são os indivíduos que cometerão, ou têm o maior potencial de cometerem, os crimes mais graves ou de incorrerem em reincidência no cometimento de crimes graves.

A incompatibilidade entre os princípios garantistas e a política criminal atuarial se apresenta de maneira bem clara ao examinarmos o princípio da proporcionalidade da pena. Pois se para a política criminal atuarial o objetivo é neutralizar o sujeito contumaz no cometimento de crimes, a preocupação maior, e também principal justificativa ensejadora da severidade das penas e punições, não é mais com o grau de importância do bem jurídico tutelado, mas sim a de afastar esse sujeito da sociedade no intuito de diminuir a índice de criminalidade ⁸.

O interesse em afastar o criminoso de alta periculosidade do convívio em sociedade justifica a pena de prisão perpétua nos Estados Unidos. Pois, obviamente, a intenção não é ressocializar o preso, já que este nunca mais voltará a ser um cidadão livre, mas sim o de impedir definitivamente o seu convívio com o resto da sociedade.

Dieter argumenta que as tecnologias atuariais empregadas para identificação, contenção e controle social são notoriamente desumanas⁹. Para os atuários não há uma preocupação maior com o aspecto ético de se privar um indivíduo de sua liberdade:

“ao contrário dos profissionais de saúde, os *atuários* não têm, em princípio, compromisso ético com o *tratamento* do sujeito e, por isso, não precisam explicar a prática de atos violentos. Basta prevê-los.” (DIETER, 2013, p. 140).

⁷ DIETER, M. S. **Política criminal actuarial – a criminologia do fim da história**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem.

A formação de bancos de dados atinge diretamente o “Direito ao esquecimento” do criminoso, perpetua a sua condição de desviante, e com isso fica evidente que não há nenhuma preocupação do Estado em reabilitar e ressocializar esse indivíduo. Uma vez marcado pelo rótulo de “criminoso” é impossível que o mesmo volte a ter uma vida realmente normal em sociedade.

O estigma social levaria o indivíduo reeducando/ressocializado à três opções: Assumir o rótulo de criminoso, pois não há como voltar ao status quo, e como consequência, irá continuar cometendo crimes como meio de vida; Viver na ilegalidade, com o uso de nome e documentos falsos para evitar o preconceito e má vontade que o rótulo de criminoso atraem; Ou por fim, desistir de viver e ceifar a própria vida diante da impossibilidade de viver sua vida de maneira normal e pacífica em sociedade.

A tendência de identificar as pessoas e criar bancos de dados cada vez mais abrangentes, oferece sério risco às garantias individuais do cidadão¹⁰. A partir do momento que essas informações são transformadas em dados, que segurança a sociedade tem de que não serão usados para objetivos nefastos?

Um hacker, uma empresa multinacional, talvez o próprio governo, são possíveis vetores de vazamento dessas informações que podem prejudicar de maneira irreversível a vida de uma pessoa.

Um exemplo seria o vazamento proposital nas redes sociais do endereço residencial de uma determinada pessoa a quem se queira prejudicar, o chamado “Doxing”, que é muito usado por hackers para chantagear pessoas em troca do sigilo de informações pessoais.

2. Como é feita a pesquisa de risco atuarial

A pesquisa de risco atuarial é feita fundamentada em fórmulas matemáticas e estatísticas de risco que analisam a probabilidade de algum determinado indivíduo agir de determinada maneira. Ou seja, apoia-se no uso de números e estatísticas para

¹⁰ Ibidem.

mensurar a probabilidade de determinados fatos futuros ocorrerem.

Essas fórmulas geralmente são empregadas para o levantamento de riscos futuros com base em dados referentes a temas como economia, desemprego, saúde etc. Tais projeções são a espinha dorsal da indústria de seguros e financiamentos. Nesses casos, a pesquisa de risco é feita para se estimar a porcentagem a ser cobrada na franquia, para assim cobrir possíveis perdas e despesas da empresa de seguros¹¹.

A pesquisa é feita principalmente a partir de estatísticas, censos e entrevistas com detentos. Para David Lyon o propósito da categorização das pessoas é para que sejam tratadas de forma diferenciada baseada no risco¹². Isso causa o fenômeno que David chama de “*categorical suspicion*” em que uma determinada pessoa passa a ser considerada suspeita com base apenas em suas aparentes características e semelhanças com determinada classe social, etnia ou raça.

Nesse sentido, enxerga-se o comportamento humano a partir de técnicas de cálculo de risco, geralmente utilizadas em estudos estatísticos e econômicos voltados para o mercado de finanças e seguros¹³.

Assim, a visão da Criminologia Atuarial está voltada para o futuro, preocupada em propor medidas preventivas, e nesse sentido, não se preocupando, necessariamente, com a punição ou a ressocialização do indivíduo desviante. O foco é a identificação e neutralização, em especial, dos delinquentes mais perigosos, tanto em relação à gravidade do crime em si, quanto à probabilidade que esse indivíduo venha a delinquir novamente. Assim, esses criminosos considerados de alto risco, se tornam o “alvo prioritário de todo o aparelho punitivo.”¹⁴.

Existem três principais características na pesquisa de risco Atuarial: primeiro,

¹¹ BOSWORTH, Mary. **Actuarial justice. Encyclopedia of prisons & correctional facilities**, Thousand Oaks: Sage Publications, p. 11-14, 2005

¹² LYON, David. Surveillance, security and social sorting: emerging research priorities. **International criminal justice review**, v. 17, n. 3, p. 161-170, 2007.

¹³ BRANDARIZ GARCÍA, José Ángel. **Política criminal de la exclusión**. Granada: Comares, 2007

¹⁴ DIETER, M. S. **Política criminal actuarial – a criminologia do fim da história**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Revan, p. 113-114, 2013.

busca-se um grupo de pessoas similares que apresentem um “fator de risco” maior, ou seja, a probabilidade de cometerem crimes. Geralmente a pesquisa é feita baseada em estatísticas e com foco em grupos historicamente desviantes. Em um segundo momento, busca-se dentro desse grupo quem são os indivíduos mais perigosos. E por fim, como afastar, preventivamente, esse indivíduo do resto da sociedade, da maneira mais eficiente e de baixo custo possível. Busca-se afasta-los pelo maior tempo possível (principal justificativa da aplicação da prisão perpétua nos países que a adotam).

No âmbito do Sistema Penal, os aplicadores do método atuarial pretendem levantar os riscos (probabilidade) de certos crimes serem praticados e o grau periculosidade de possíveis delinquentes. Assim, os possíveis delinquentes de alto risco são identificados, classificados e organizados como fatores de risco. A gestão desses fatores de risco passa a ser o cerne da criminologia atuarial¹⁵.

Assim, pode-se dizer que o objetivo da pesquisa de risco atuarial, no âmbito do Direito Penal é:

“utilizar a pena criminal para o sistemático controle de grupos de risco mediante neutralização de seus membros salientes, isto é, a gestão de uma permanente população perigosa, pelo menor preço possível.” (DIETER, 2013, p. 100).

2.1 A Criminologia Atuarial aplicada às investigações forenses e a formação dos bancos de dados nacional de criminosos de alto risco nos EUA

Um exemplo da dicotomia entre liberdade e segurança¹⁶ é o Registro Nacional de Criminosos Sexuais nos EUA, trata-se de um registro de todos os indivíduos que foram processados ou condenados pela prática de crimes sexuais, esse registro deve ser feito compulsoriamente, por força de lei federal, a chamada Lei de Megan¹⁷

¹⁵ BOSWORTH, Mary. **Actuarial justice. Encyclopedia of prisons & correctional facilities**, Thousand Oaks: Sage Publications, p. 11-14, 2005

¹⁶ DEZORDI WERMUTH, Maiquel Ângelo. **Política criminal atuarial: contornos biopolíticos da exclusão penal**. Revista Direito e Práxis, v. 8, n. 3, 2017.

¹⁷ LEVENSON, Jill S.; COTTER, Leo P. **The effect of Megan’s Law on sex offender reintegration**. Journal of Contemporary Criminal Justice, v. 21, n. 1, p. 49-66, 2005.

(*Megan's Law*, em inglês).

Essa Lei foi criada como resposta ao bárbaro estupro e subsequente assassinato da menina Megan, que tinha 7 anos de idade à época do crime. O crime foi cometido por um ex-detento com duas condenações anteriores por abuso sexual de menores. A importância do caso se dá pelo fato do criminoso residir na mesma rua que a família de Megan residia, na casa à frente.

Após a morte de Megan os pais da menina fizeram pressão para que os legisladores criassem uma lei que tornasse obrigatório notificar à comunidade de um determinado bairro toda vez que um ex- condenado por crimes sexuais contra menores ali fosse residir. Utilizaram principalmente o argumento de que a menina ainda estaria viva se eles tivessem conhecimento sobre o passado do criminoso.

A maior ofensa aos direitos fundamentais de liberdade e privacidade da vida pessoal é o fato de que esse registro está online em sites oficiais do governo de cada Estado e pode ser acessado por qualquer pessoa. Lá se encontra todas as características relevantes sobre o sujeito: nome, altura, peso, marcas, tatuagens, raça, registro de antecedentes, fotos e até o endereço onde reside!

Nos EUA os vizinhos da área onde o agressor reside e a família da vítima são notificados previamente sobre a soltura do mesmo para que já estejam cientes do retorno do mesmo à sociedade.

Lá também existem as chamadas “zonas livres de criminosos sexuais”, política de urbanismo que impede que o condenado por crimes sexuais resida em uma determinada área da cidade.

Mais um exemplo de marginalização de indivíduos baseada em grupos de risco nos EUA é o estado de alerta imposto após o ataque terrorista ao World Trade Center no dia 9 de setembro¹⁸. Essa maior preocupação com a segurança ocorre principalmente nos aeroportos e nas divisas com os EUA. O grupo de alto risco, no caso, são as pessoas de origem árabe ou de religião muçumana que são frequentemente vistos como suspeitos. Um homem com a barba grande, símbolo dos

¹⁸ LYON, David. Surveillance, security and social sorting: emerging research priorities. **International criminal justice review**, v. 17, n. 3, p. 161-170, 2007.

mulçumanos ortodoxos, tem altas chances de ser detido para interrogatório pelas autoridades presentes no aeroporto.

É inegável a presença e importância de questões raciais na mente dos norte-americanos, em relação ao assunto Anna Lauren Hoffmann¹⁹ argumenta que a dependência em excesso do uso de bancos de dados e pesquisas como parâmetro para identificação de criminosos em potencial ultrapassa os limites de discursos constitucionais de não autoincriminação. E que essa maneira algorítmica de execução de políticas criminais apenas exacerbou as tensões raciais já existentes

Se partirmos dos dados estatísticos como métrica adequada e justa de identificação de potenciais criminosos nos EUA chegaríamos à conclusão errônea, e possivelmente racista, de que a maior propensão ao cometimento de crimes é algo característico da população de raça negra. Grande parte desses delitos ocorrem, entre outros fatores sociológicos e étnicos, em decorrência dos valores sociais impostos pelo grupo dominante, responsáveis pela definição das condutas delituosas²⁰.

Segundos dados do *Federal Bureau of Prisons*, órgão do governo federal dos EUA, a população carcerária atual (maio de 2020) é composta por 38 % de negros²¹, sendo que as pessoas de raça negra compõem apenas 13% da população norte-americana²². Através de uma visão superficial da situação, verifica-se um alto índice de pessoas negras encarceradas proporcionalmente ao número de cidadãos negros nos EUA.

Porém, o foco do sistema penal atuarial em grupos de pessoas com características similares, inevitavelmente gerará maior foco e atenção das entidades de segurança pública sobre os indivíduos pertencentes a tal grupo. Logo, será

¹⁹ HOFFMANN, Anna Lauren. Where fairness fails: data, algorithms, and the limits of antidiscrimination discourse. **Information, Communication & Society**, v. 22, n. 7, p. 902, 2019.

²⁰ BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 3. Ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

²¹ Inmate Race – statistics based on prior month's data. **Federal Bureau of Prisons - BOP**, 2020. Disponível em: <https://www.bop.gov/about/statistics/statistics_inmate_race.jsp>. Acesso em: 01 de abril de 2020.

²² USA population divided by age, sex and race. **United States Census Bureau**, 2020. Disponível em: <<https://www.census.gov/quickfacts/fact/table/US/PST045219>>. Acesso em: 01 de abril de 2020.

identificado um maior número de crimes ocorridos, o que alimentará ainda mais a imagem de periculosidade desse grupo; criando-se assim um círculo vicioso.

3. A Criminologia Atuarial como ferramenta de controle social

O enredo do livro *Minority Report*²³, mais conhecido pela adaptação em filme, estrelado por Tom Cruise, pode ser visto como um exemplo da evolução final da Criminologia Atuarial como ferramenta de controle social. Em *Minority Report*, os crimes são previstos e impedidos momentos antes que ocorram, e os possíveis criminosos são presos como se houvessem efetivamente cometido o crime. Ou seja, a preocupação é, tão somente, identificar os possíveis criminosos e puni-los, sem se preocupar com a ressocialização do criminoso e nem as razões político-sociais que o levaram a cometer o crime.

Em um contexto tal, assume relevância apenas construir um perfil dos criminosos perigosos, de modo que eles possam ser identificados e classificados pelos agentes de segurança pública. E assim, “*neutralizados*” pelo maior período possível dentro do sistema prisional. Tal medida supostamente promoveria uma drástica redução dos índices gerais de criminalidade sem que reformas estruturais ou grandes investimentos em segurança pública fossem necessários.

Bastaria, nesse sentido, viabilizar a incapacitação física através de prisões de segurança máxima para os criminosos reincidentes e a vigilância virtual e tecnológica de baixo custo para os delinquentes eventuais²⁴.

3.1 É possível a aplicação da Criminologia Atuarial no Sistema Penal Brasileiro

Um paralelo entre a Política Criminal Atuarial implementada nos Estados Unidos da América seria o regime de solitária em tempo integral instituído nas prisões

²³ DICK, Philip K. **Minority Report: a nova lei**. 2. ed. São Paulo: Record, 2002.

²⁴ DIETER, M. S. **Política criminal actuarial – a criminologia do fim da história**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

de segurança máxima norte-americanas, reservadas aos presos mais perigosos. No Brasil se vê como reflexo dessa abordagem o chamado regime disciplinar diferenciado (RDD), onde da mesma maneira se isola o preso considerado de maior periculosidade, evitando assim o contato com outros reeducandos.

Segundo a lógica atuarial, para os delinquentes eventuais, os que são descartados como de menor risco, bastariam soluções de baixo custo e menos intrusivas como, por exemplo, o monitoramento através das tornozeleiras eletrônicas. No Brasil são utilizadas pelos detentos que se encontram no regime de cumprimento de pena semiaberto. No regime aberto exige-se o comparecimento mensal ou bimestral ao juízo competente para a assinatura do termo de comparecimento, sob pena de homologação da prática de falta grave.

O Art. 52, parágrafos §1º e §2º da Lei de Execução Penal²⁵ disciplina que cabe a aplicação do regime disciplinar diferenciado como medida cautelar ao reeducando que demonstre alto risco para a ordem e segurança, tanto da casa prisional, tanto para a sociedade em geral.

Verifica-se uma preocupação maior com dois aspectos semelhantes aos que são importantes para a criminologia atuarial. Primeiro a questão do alto risco do indivíduo a ordem e a segurança da sociedade. E no segundo exemplo, a preocupação com a gravidade do crime praticado, especialmente a associação para o tráfico, que é vista pelo direito penal como crime equiparado aos crimes hediondos.

Ademais, os crimes elencados na Lei de Drogas²⁶ são vistos como prioridade do poder repressivo estatal, efetivado através dos órgãos de segurança pública brasileiros. Pois, outros crimes moralmente mais reprováveis, como os crimes contra a vida, são decorrentes, e muitas vezes, possuem correlação direta com o tráfico de drogas.

Há ainda no Brasil, o banco de coleta de perfil genético como forma de identificação criminal. Instituída pela Lei nº 12.654/2012²⁷, que é obrigatória para o indivíduo que praticar crime doloso com violência grave ou pela prática de crimes hediondos. É importante frisar que, de acordo com a lei não é obrigatório a identificação genética para quem cometer crimes equiparados aos hediondos, quais

²⁵ (BRASIL, Lei n. 7210, de Julho de 1984, 1984).

²⁶ (BRASIL, Lei n. 11.343, de 23 de Agosto de 2006, 2006)

²⁷ (BRASIL, Lei n. 12.654, de 28 de Maio de 2012, 2012)

sejam: tráfico de drogas, tortura ou terrorismo.

Considerações finais

Em teoria a proposta da Criminologia Atuarial, e em especial a sua aplicação no caso concreto através de políticas públicas criminais, parece, em um primeiro momento, bem intencionada e apta a produzir os resultados a que se propõe. Porém, racionalizar a criminalidade, ignorando os motivos político-sociais ensejadores do comportamento desviante, acaba resultando no aumento da criminalidade. Pois, mantidos os motivos ensejadores que levaram o sujeito desviante a cometer crimes e não havendo meios eficientes de ressocializar o reeducando, este certamente voltará a cometer crimes, muitas vezes se tornando um “meio de vida”.

Percebe-se uma intrínseca discriminação social na visão atuarial de crime. Pois, dados os fatores sociais e econômicos que são característicos da realidade de cada grupo que compõe a sociedade, se torna evidente que a maioria dos crimes será cometido pelas classes sociais mais pobres e marginalizadas.

Assim, tais políticas criminais podem resultar em mais atrito na relação da “sociedade dos iguais x sociedade dos desiguais”²⁸, servindo como uma verdadeira ferramenta “*inclinada a legitimar sistematicamente o status quo*”²⁹.

Como ensina Bernard E. Harcourt³⁰ existe uma “*illusion of efficiency*” que permeia os métodos de política criminal atuarial. Observa-se que talvez o objetivo seja exatamente esse – proporcionar uma maior sensação de segurança à população.

As políticas criminais atuariais acabam por favorecer o aumento da população carcerária, o que ironicamente vai contra a proposta de economicidade dos cofres públicos e eficiência da máquina pública, que seriam, supostamente, as grandes vantagens da Criminologia Atuarial.

A preocupação em manter os indivíduos mais perigosos pelo maior tempo possível encarcerados acaba gerando um custo enorme para os cofres públicos, dinheiro esse que poderia estar sendo investido no combate aos motivos ensejadores

²⁸ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010

²⁹ PABLOS DE MOLINA, A. G. **Criminologia**. trad. Luiz Flávio Gomes, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 3ª ed.

³⁰ HARCOURT, Bernard E. **Against prediction: Profiling, policing, and punishing in an actuarial age**. University of Chicago Press, 2008.

do comportamento desviante, através de investimento nas áreas essenciais: Saúde e Educação, que são a base de qualquer nação com cidadãos civilizados.

No Brasil por exemplo, o CNJ estima que o custo de um preso custa em média R\$ 2.700 aos cofres públicos³¹, quantia superior que equivale a mais de dois salários mínimos! Ou seja, essa quantia está sendo destinada a manter o preso em condições desumanas e ao mesmo tempo não gera qualquer benefício para a sociedade já que não há um ambiente propício a ressocialização. Ademais, verifica-se que não há uma contraprestação desse valor para a sociedade já que, em sua maioria, os presos não trabalham.

Ainda, segundo auditoria do TCU, de todos os Estados fiscalizados, todos estão com déficit de vagas para presos³², o que resulta em constantes rebeliões e acaba com qualquer possibilidade de ressocialização em condições dignas e humanas para o reeducando.

³¹ MONTENEGRO, MANUEL. Ressocializar presos é mais barato que mantê-los em presídios. **Portal do Conselho Nacional de Justiça - CNJ**, 2017. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/apac-onde-ressocializar-presos-custa-menos-que-nos-presidios/>>. Acesso em: 25 de out. de 2019.

³² Realidade prisional: auditoria mostra que o custo mensal do preso é desconhecido em vários Estados. **Portal do Tribunal de Contas da União - TCU**, 2017. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/realidade-prisional-auditoria-mostra-que-o-custo-mensal-do-presos-e-desconhecido-em-varios-estados.htm>>. Acesso em: 25 de out. de 2019.

Referências

BRANDARIZ GARCÍA, José Ángel. **Política criminal de la exclusión**. Granada: Comares, 2007.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**, trad. Paulo Neves, Ed. Martins Fontes, RJ: 1999.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 3. Ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BATISTA, Nilo. **Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Revan, p. 25, 2007.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010

LEVENSON, Jill S.; COTTER, Leo P. **The effect of Megan's Law on sex offender reintegration**. Journal of Contemporary Criminal Justice, v. 21, n. 1, p. 49-66, 2005.

DICK, Philip K. **Minority Report: a nova lei**. 2. ed. São Paulo: Record, 2002.

BOSWORTH, Mary. **Actuarial justice. Encyclopedia of prisons & correctional facilities**, Thousand Oaks: Sage Publications, p. 11-14, 2005

DEZORDI WERMUTH, Maiquel Ângelo. **Política criminal atuarial: contornos biopolíticos da exclusão penal**. Revista Direito e Práxis, v. 8, n. 3, 2017."

DIETER, M. S. **Política criminal atuarial – a criminologia do fim da história**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

HARCOURT, Bernard E. **Against prediction: Profiling, policing, and punishing in an actuarial age**. University of Chicago Press, 2008.

HOFFMANN, Anna Lauren. Where fairness fails: data, algorithms, and the limits of antidiscrimination discourse. **Information, Communication & Society**, v. 22, n. 7, p. 902, 2019.

PABLOS DE MOLINA, A. G. **Criminologia**. trad. Luiz Flávio Gomes, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 3ª ed.

LYON, David. **Surveillance, security and social sorting: emerging research priorities**. International criminal justice review, v. 17, n. 3, p. 161-170, 2007.

Death Penalty Info. Estados Norte-Americanos que permitem a aplicação da pena de morte, 2019. Disponível em: <<https://deathpenaltyinfo.org/state-and-federal-info/state-by-state>>. Acesso em: 25 de out. de 2019.

MONTENEGRO, MANUEL. Ressocializar presos é mais barato que mantê-los em presídios. **Portal do Conselho Nacional de Justiça - CNJ**, 2017. Disponível em: <<https://www.cnj.ius.br/apac-onde-ressocializar-presos-custa-menos-que-nos->

[presidios/](#)>. Acesso em: 25 de out. de 2019.

Realidade prisional: auditoria mostra que o custo mensal do preso é desconhecido em vários Estados. **Portal do Tribunal de Contas da União - TCU**, 2017. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/realidade-prisional-auditoria-mostra-que-o-custo-mensal-do-preso-e-desconhecido-em-varios-estados.htm>>. Acesso em: 25 de out. de 2019.

Inmate Race – statistics based on prior month’s data. **Federal Bureau of Prisons - BOP**, 2020. Disponível em: <https://www.bop.gov/about/statistics/statistics_inmate_race.jsp>. Acesso em: 01 de abril de 2020.

USA population divided by age, sex and race. **United States Census Bureau**, 2020. Disponível em: <<https://www.census.gov/quickfacts/fact/table/US/PST045219>>. Acesso em: 01 de abril de 2020.